

DISCURSOS

Divulgamos, a seguir, os discursos que, em nome do Instituto do Ceará, pronunciaram os drs. Andrade Furtado e José Bonifácio de Sousa nas sessões comemorativas do primeiro centenário de nascimento dos ilustres cearenses Justiniano de Serpa e Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, ocorridos, respectivamente, nos dias 7 de janeiro e 30 de junho de 1952.

O CENTENÁRIO DE JUSTINIANO DE SERPA

ANDRADE FURTADO

O Instituto do Ceará, no cumprimento do seu programa de exaltação dos valores da nossa gleba, relembra, hoje, o centenário de nascimento do seu insígne consócio, dr Justiniano de Serpa, figura do maior relêvo em nosso cenário intelectual.

De fato, o eminente jurista e homem de letras, — parlamentar notável e administrador de larga visão — foi, por todos os títulos, alto ornamento da nossa vida intelectual.

Projeteu sôbre toda a extensão do território nacional os fulgores da sua inteligência privilegiada, na advocacia e na tribuna, na imprensa e na política.

Peio talento e pelo coração, esteve sempre a serviço da grandeza da Pátria, vindo a terminar os seus dias no elevado posto de Presidente desta unidade federativa, para demonstração de que nunca esquecera as plagas gentis, onde teve o berço e iniciou os passos na carreira pública.

O barão de Studart, no seu depoimento circunspecto e autorizado, chama Justiniano de Serpa — valente lutador. É que venceu todos os obstáculos que se lhe opunham, com pertinácia e inquebrantável fôrça de vontade.

Filho de Manuel da Costa Marçal, nasceu na histórica cidade de Aquiraz.

De origem humilde, esta circunstância, no dizer consciencioso do seu douto biógrafo, mais realça os méritos do ilustre homenageado. Realmente, sem pai alcaide e quaisquer favores da fortuna, conseguiu, sôzinho, a fôrça de trabalho perseverante e de tenacidade no estudo, impôr-se em nosso meio, assumindo papel saliente nos quadros do Partido Conservador da Província.

Ocupando sucessivamente uma poltrona na Assembléa Legislativa, de 1882 a 1889, notabilizou-se no curso dos debates pelo brilho da argumentação, elegância oratória e fidalguia de trato.

Na campanha em proi da redenção dos escravos, assumiu lugar de destaque entre os batalladores da grandiosa pugna, que encheu de glórias a Terra da Luz.

Surgindo o movimento republicano, impôs-se como adepto das idéias novas, sendo eleito representante do povo à Assembléa Constituinte e, depois, deputado à Câmara Federal.

Formou-se em Direito na tradicional Faculdade do Recife, recebendo a láurea de bacharel em 19 de novembro de 1888.

Deixando o partido em que militava no Ceará, transportou-se para Manaus, em 1896 ocupando, ali, postos de tóda evidência, como professor do Liceu Amazonense, diretor da Bibliotéca Pública, superintendente do govérno do Município e procurador seccional da República.

Tranferindo-se em 1898 para Belém do Pará, ali se radicou, nas pugnas da advocacia, podendo-se afirmar, sem exagêro, que os seus triunfos garantiram-lhe lugar de subida notoriedade no fôro da importante capital nortista.

Lente da Faculdade de Direito e vice-diretor daquele instituto de ensino jurídico, familiarizou-se com a cátedra e ganhou a legítima láurea de sumidade no magistério superior.

Em 1906, eleito deputado federal pelo Estado irmão, foi reconduzido várias vêzes. com o voto e a confiança do povo paraense, ao Congresso do País.

Ligou a sua reconhecida competência de luminar do Direito a grande número de trabalhos legislativos da maior influência e alcance para a vida democrática nacional.

Fêz parte, na Câmara, da Comissão Especial, a cuja audiéncia foi confiada a última demão do projeto, para encaminhamento ao plenário, do Código Civil.

Como se ve, a passagem do dr. Justiniano de Serpa pelo Parlamento constituiu motivo de orgulho para o rincão nativo, que nêle aponta um dos seus autênticos expoentes no campo da atividade pública.

No exercício do munus legislativo, atraiu as vistas gerais para a elevação e critério do seu espírito, formado na escola do respeito aos princípios da legalidade e da ordem.

Foi, então, que o Ceará levou a sua indicação às urnas, como candidato à suprema direção do Estado.

Vitorioso no renhido pleito, regressou ao ninho antigo, com as melhores disposições de contribuir para o bem e a prosperidade dêste recanto da Pátria, onde viu a luz

Empreendeu com ânimo resolutivo reformas administrativas de inconfundível eficácia.

A reconstrução financeira, a autonomia da Justiça, o remodelamento da Instrução, em bases progressistas, representam iniciativas dignas dos melhores aplausos e dos mais justos louvores.

Em eloquente discurso, proferido no Palácio do Govérno, ao agradecer a manifestação de aprêço das classes sociais, na data do seu aniversário, proclamou que rendia sinceras graças a Deus por ter podido dedicar à sua terra as energias da in-

teligência e do coração, de que ainda dispunha, de lhe ser dado testemunhar, após um quarto de século de ausência, o fervente amor que lhe devotava.

Afirmou, então, com aplaudida ênfase, que governar não é satisfazer mera ambição pessoal, não se reduz ao egoísmo de um ideal próprio, mas, muitas vêzes, o resultado das condições e circunstâncias do ambiente.

Traduziu, assim, muito bem, o que se realizara, em relação à escolha da sua personalidade para as árduas atribuições do cargo que ocupava com tanto realce para os nossos foros de cultura e de civismo!

Declarou, com fina argúcia de pensamento, que, em qualquer obra d'arte, basta o gênio do autor, conjugado ao seu generoso esforço, para atingir pleno êxito.

Ao estadista, não! Tem, no govêrno, que refrear paixões, opor-se a interesses subalticinos, reprimir ganâncias e, sobretudo, conhecer os homens, para bem se desempenhar do dever que lhe incumbe.

Ao tomar o leme da nau do Estado, apelara para a abnegação dos políticos. Podia asseverar que contara com a sua boa vontade para empreender uma ação enérgica de saneamento das finanças, de independência, — quanto à magistratura e à instrução, — dos enleios e enredos facciosos.

Disse, judiciosamente, nessa ocasião: — “Nenhum povo pode ser bem governado, sem a vontade firme de o ser”.

Nesta sábia sentença, apoiou o seu desígnio de contar com a colaboração comum para a maior grandeza e prosperidade da terra amiga e sofredora.

Lembrou aos seus auxiliares, que tanto se distinguiam no zêlo da coisa pública, a necessidade da sua ajuda esclarecida e corajosa para levar adiante o programa que se traçara.

Assinalou que os governos que descem a montanha começam a ter maior número de inimigos...

É da sua índole dizer ao povo, com lealdade, o que sente e o que pensa, esclarecer a todos sôbre as suas atitudes.

A ninguém ameaça; não tem mêdo, pois, de ameaças.

Não injúria; também, não se arreceia de injúrias. Não caluniou na imprensa; disse, portanto, não se teme.

Foi educado no respeito à opinião pública, maximê à opinião dos seus coestaduanos.

Faz questão de ser julgado com justiça. Se alguma coisa o Ceará lhe deve é, precisamente, a sinceridade que põe nos seus atos, o amor entranhado que lhe consagra.

Ama-o tanto, que só isto poderia servir de excusa aos seus defeitos.

Se, porventura, exigissem dêle, para a conquista das posições de destaque, esquecesse todos os gloriosos motivos do seu enternecimento e amor pelo Ceará, preferiria, por certo, a perda das posições.

Terminou o seu discurso, de alma aberta diante da enorme assistência que o aplaudia, assumindo o compromisso de empregar ainda maiores esforços para bem servir o seu Estado.

E isto valesse para os seus concidadãos o auxiliassem a levar a bom têrmo o seu govêrno. Concluiu: — “É isto um imperioso dever de consciência”.

“O que cabe ao Ceará de hoje é tudo fazer para que o Ceará de amanhã seja uma terra digna de culto, de enaltecimento e de admiração!”

Tão nobres e belas idéias, que, então, resumimos numa nota de jornal, repercutem, ainda agora, como modêlo de eloquência patriótica e de circunspecção, no traduzir os sentimentos de dignidade para com o exercício das funções democráticas!

* * *

Entre as festas que em 1922 se realizaram em Fortaleza, para celebrar o primeiro século da nossa emancipação política, incluiu o dr. Justiniano de Serpa a reorganização da Academia Cearense de Letras.

Reuniu no Palácio da Luz os intelectuais de maior evidência em nosso meio e reestruturou o velho sodalício, que se encontrava em completo estado de languidez e abandono.

Dirigia os trabalhos com extraordinária agilidade mental, a todos encantando o briho da sua palavra e o acêrto das suas indicações.

No dia 8 de setembro, com toda solenidade, instalou-se a nova fase daquela instituição, tendo como presidente de honra o insigne Chefe do Govêrno e como dirigente principal o venerando e ilustre professor de Direito, dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

Ao lado do Presidente Serpa e do saudoso Arcebispo Dom Manuel da Silva Gomes, tomaram assento no salão nobre do Clube Iracema personalidades do mais alto relêvo em nosso meio intelectual e social.

Falaram o presidente efetivo da douta associação, dr. Tomás Pompeu, o dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, o dr. Antônio Teodorico da Costa e, encerrando a sessão, com arrebatadora eloquência, o orador de raça que era o nosso homenageado de hoje, a quem bem cabia o título de Demóstenes Cearense.

Membros da Academia, ali se encontravam figuras de inesquecível projeção na vida do pensamento e que já desapareceram do nosso convívio: — Tomás Pompeu, Barão de Studart, Raimundo Arruda, Antônio Augusto, Antônio Teodorico, Alvaro de Alencar, Raimundo Ribeiro, Alfredo Castro, Quintino Cunha, Leonardo Mota, Francisco Praça, Soares Bulcão, José Sombra, Julio Ibiapina, Carlos Câmara.

Dos vivos restam ainda Pompeu Sobrinho, Alba Valdez, Beni Carvalho, Cruz Filho, Sales Campos, Cursino Belém, Otávio Lôbo, Fernandes Távora, José Lino, Andrade Furtado.

Em mim permanecem as impresões vivas daquele perfil romano, com a cabeça inteiramente envolvida numa toalha de neve, o gesto dominador, a falar das coisas do futuro com o otimismo e o entusiasmo de um predestinado da palavra.

Justiniano de Serpa impunha-se, na tribuna, pela imponência que assumia, no gesto e na voz, transmitindo ao auditório o calor inflamado do seu coração, como fazem os autênticos mestres da eloquência.

Chamou aquêlo dia — “memorável efeméride para as letras alencarinhas”, prognosticando que o facho reacêso em instante assim propício haveria de arder e luzir, através das idades, para honra das nossas tradições de cultura e afirmação do valor espiritual da raça.

Quem ass'stiu à cintilante exortação do Mecenas daquele ano jubilar da Pátria, em nossa terra, jamais esqueceu, por certo, tão nobre surto de vigor intelectual e de entusiasmo cívico.

Justiniano de Serpa foi, acima de tudo, primoroso jornalista, possuindo a perfeita compreensão do papel preponderante da imprensa no mundo moderno.

“Na minha vida — disse-nos êle, certa vez, numa reunião da Academia Cearense

de Letras — na minha vida tive uma aspiração constante: — ser jornalista. Se acaso não o consegui, foi para mim uma decepção”.

Ninguém com justiça pode contestar o dom e o timbre com que exerceu o ministério da pena.

José Sombra, a quem tenho a honra de substituir na cadeira que ocupou nesta Casa, com o fúlgido encanto do seu verbo, exalçou os méritos de publicista do inclito conterrâneo.

Na sessão fúnebre, levada a efeito no Teatro José de Alencar, trinta dias após o seu desaparecimento, provou de maneira exuberante que o morto ilustre, entre as rútilas facetas do seu talento polimorfo, conforme fôra a sua vocação, afirmou-se um esgrimista da imprensa, na mais completa expressão da palavra.

Sabia respeitar o contendor e dignificar a profissão, jamais embebendo no fel da calúnia do despeito e do ódio a gloriosa clava, nas justas do pensamento.

Em longos e aturados anos de manejo da pena, na atividade de todos os dias, teve sempre a coragem que tanto lhe enaltece a **memória**, de suportar serenamente os mais fortes alevos, sem descer ao terreno das retaliações pessoais e dos baixos agravos

Foi esta, sem dúvida, uma das suas virtudes precípua, como valoroso polemista.

Aí temos uma demonstração dos seus sentimentos de pundonor moral e da sua formação cristã.

Justiniano de Serpa fez largo tirocínio nos jornais do seu tempo. Redigiu, na Monarquia, “A Constituição”, órgão do Partido Conservador, e em 1889, na República, “A Pátria”, com Barbosa Lima e Ferreira Santiago; “O Norte”, com Martinho Rodrigues, Gonçalo de Lagos, Drumond da Costa e Alves Lima, de 1891 a 1893; “O Diário do Ceará”, com José Lino, Álvaro Mendes e Roberto de Alencar; “Iracema”, órgão do “Centro Literário”, com Barão de Studart e Rodrigues de Carvalho, todos em Fortaleza.

Em Manaus, foi redator-chefe da “Federação” e do “Rio Negro”.

Em Belém do Pará colaborou, frequentemente, nos principais diários daquela capital.

Como administrador, os atos do seu governo, segundo o juízo imparcial dos comentadores da época, recomendavam a sua clara supervisão de estadista.

A reforma da Constituição do Ceará, os métodos seguros postos em prática para a melhor arrecadação dos impostos, a codificação das leis estaduais, a reforma da instrução primária, vasada em modelos aperfeiçoados de ensino racional, o esforço para normalizar a situação das finanças públicas, a iniciativa de um empréstimo para solução do problema d'água e esgotos da nossa metrópole, a firmeza na direção política, num tempo de grave agitação partidária, o tacto em conduzir os assuntos de interesse social — bem revelaram o seu temperamento e a sua habilidade de condutor de homens

Cercou de acatamento e de prestígio a Religião cearense. Penetrado do profundo influxo do nosso meio católico, manteve distintas e respeitosas deferências para com o poder eclesiástico.

Adoecendo gravemente, durante o período presidencial, transportou-se para a Capital do País, à procura de mais amplos recursos médicos.

Lá, não obteve atenuação para os seus males, vindo a falecer a 1º de agosto de 1923

Frei Marcelino de Milão, de inesquecível reminiscência entre nós, ministrou-lhe todos os sacramentos da Igreja e assistiu aos seus últimos momentos. Morreu identificado com a nossa fé, dando comovedor exemplo de humildade e submissão aos desígnios de Deus.

Durante toda a sua trajetória na vida, revelou sempre Justiniano de Serpa sensível instinto popular, que o levava a perceber, como ninguém, as manifestações da vontade coletiva.

Era do seu feitio ser útil aos semelhantes, trabalhar para o bem geral, colocar-se à altura da confiança nêle depositada.

Foi cérebro portentoso, pela pujança do seu intelecto, de uma clareza de espírito incomparável, de uma intuição pronta e segura, dotado de um senso de equilíbrio e de oportunidade, verdadeiramente ático.

Esse discernimento espontâneo, que tinha afinidade com os grandes gênios europeus, somente se poderia explicar pelo contacto constante com os mestres da psicologia das massas, versando como versava o estudo do Direito em suas fontes sociais.

Foi, com efeito, um político que fascinava os eleitores nos comícios e, depois da vitória, não lhes decepcionava a esperança.

Abolicionista intemerato, na campanha pela redenção dos negros, com Antônio Martins e Antônio Bezerra, empunhou a lira para cantar epinícios à Liberdade.

Na tribuna do órgão Legislativo ou no Forum, fez do verbo um gládio para o êxito da administração e da justiça.

No jornalismo, combateu de toda a sua alma pelas magnas causas, pelo maior prestígio da Pátria.

Na tese de concurso para a Cadeira de Literatura Nacional, dissertou com notável apuro sobre a Educação Brasileira e os seus efeitos em nosso meio literário.

Tem plena razão o "Instituto", nesta solenidade dignificante, de render sentida homenagem de saudade e veneração à memória do seu antigo par e um dos mais conspícuos luminares da jurisprudência e do magistério, das letras e das ciências, da política e do parlamento, com uma fôlha opulenta de brilhantes serviços ao Ceará e ao Brasil,

* * *

Hoje, pela manhã, vim a conhecer através do batistério do dr. Justiniano de Serpa, existente nos arquivos da Cúria Arquidiocesana, que o eminente coestaduano nasceu a 7 de janeiro de 1855.

Com antecipação de três anos, estamos, pois, rendendo merecido tributo de admiração ao ilustre compatriota.

Como sucedeu a José de Alencar, o príncipe dos nossos escritores, cuja data de nascimento esteve controvertida nos anais da época, também a efeméride natalícia do preclaro homem público, só agora, diante de um documento de irrefragável veracidade, fica perfeitamente esclarecida.

Cabe ao Instituto, nesta oportunidade, assinalar e corrigir o erro histórico.